



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IPASCON – Instituto de Previdência e Assistência dos
Servidores do Município de Conceição de Macabu.
CNPJ. 36.576.106/0001-85

PORTARIA Nº. 024/2024.

**O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO
DE MACABU – IPASCON,** no uso de suas
atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº
756/2006, art. 12, inciso III, concomitante com a
Lei Federal nº 14.133/2021, art. 37.

CONSIDERANDO o disposto no art. 37 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre o julgamento por técnica e preço a ser realizado por banca avaliadora composta por mínimo 03 (três) membros;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 290, de 30 de novembro de 2023, regulamentou o art. 8º, §3º da Lei 14.133/2021, no âmbito da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município de Conceição de Macabu/RJ;

CONSIDERANDO que o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Conceição de Macabu – IPASCON é uma Autarquia Municipal criada por lei e possui apenas 03 (três) servidores efetivos diretos e 04 (quatro) servidores efetivos cedidos em seu quadro funcional, ficando dificultado o atendimento do Princípio da Segregação de Funções como já conhecido pelos órgãos de controles externos;

CONSIDERANDO os princípios norteadores da administração pública da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, probidade administrativa, transparência, eficácia, interesse público, planejamento, celeridade, razoabilidade, motivação, julgamento objetivo, proporcionalidade e economicidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IPASCON – Instituto de Previdência e Assistência dos
Servidores do Município de Conceição de Macabu.
CNPJ. 36.576.106/0001-85

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Portaria designa servidores para atuar como Banca Avaliadora nos procedimentos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 que versam sobre os critérios de julgamentos de melhor técnica ou de técnica e preço, sem prejuízo das suas atribuições legais pelo exercício de sua função pública em cargo efetivo.

Art. 2º - Para fins desta Portaria, consideram-se:

- I - órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;
- II - entidade: unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;
- III - Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;
- IV - Administração: órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua;
- V - agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;
- VI - autoridade: agente público dotado de poder de decisão;
- VII - contratante: pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação;
- VIII - contratado: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;
- IX - licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;
- X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IPASCON – Instituto de Previdência e Assistência dos
Servidores do Município de Conceição de Macabu.
CNPJ. 36.576.106/0001-85

XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

XII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XIII - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do **caput** do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, exigida justificativa prévia do contratante;

XIV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

XV - serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

XVI - serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

XVII – serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IPASCON – Instituto de Previdência e Assistência dos
Servidores do Município de Conceição de Macabu.
CNPJ. 36.576.106/0001-85

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;

XVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

XIX – membro de banca avaliadora: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para avaliar as propostas técnicas em certames licitatórios que possuam como critério de julgamento a melhor técnica ou técnica e preço, em cumprimento ao art. 37 da lei nº 14.133/2021.

Art. 3º - Para que o agente público possa ser designado membro da banca avaliadora, deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I** – servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública;
- II** - profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/2021;
- III** – Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratuais habituais do IPASCON nem tenham vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IPASCON – Instituto de Previdência e Assistência dos
Servidores do Município de Conceição de Macabu.
CNPJ. 36.576.106/0001-85

Art. 4º - Em observância ao princípio da segregação de funções, e de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes nas respectivas contratações, é vedada a designação do mesmo agente público para a atuação simultânea das seguintes funções:

- I – Agente de contratação e pregoeiro com gestor ou fiscal de contratos;
- II – Equipe de apoio com gestor ou fiscal de contrato.

Art. 5º - Ficam **DESIGNADOS** os seguintes servidores estatutários para atuarem como membros da Banca Avaliadora nos procedimentos regidos pelo art. 37 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito deste Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Conceição de Macabu – IPASCON, sem ônus e cumulativamente.

- I - **Luiz Claudio Teixeira Florido**, matrícula nº. 6697, atualmente exercendo a função de Diretor Administrativo de Contabilidade e Finanças – Membro;
- II – **Dilsa Viana Fernandes**, matrícula nº 6698, atualmente exercendo a função de Diretor Administrativo de Tesouraria – Membro; e
- III – **Renato Sant’anna de Oliveira**, matrícula nº 6756, servidor efetivo na função de Auxiliar Administrativo – Membro.

Art. 6º - As designações de que tratam esta portaria terão caráter permanente, até que outro ato as modifique ou as revogue.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 01 de setembro de 2024, revogando disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Conceição de Macabu, 23 de setembro de 2024.

ADERALDO SPESSE RANGEL
Diretor Presidente